

Governo pode absorver o perdão parcial

O Governo está disposto a orientar sua bancada, na Constituinte, a votar favoravelmente à anistia creditícia, desde que apenas o micro e pequeno empresário urbanos e os mini e pequenos produtores rurais que tenham tomado empréstimos durante o Plano Cruzado sejam incluídos no rol dos beneficiados. Apesar de não ter feito ainda o levantamento dos custos, o governo considera os números absorvíveis.

A informação foi dada ontem pelo líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), que volta a discutir com os líderes, a partir de amanhã, uma nova proposta de acordo. A fórmula poderá contar com o apoio do Governo, segundo ele, desde que a pequena empresa corresponda a 2 vezes e meia à micro-empresa, e os beneficiados comprovem adequada aplicação dos recursos e incapacidade de pagamento.

O apoio do Governo a essa proposta é uma das hipóteses que está sendo considerada. A outra seria dividir a emenda. Sant'Anna explicou que, na última sexta-feira, começou-se a discutir a possibilidade de realizar-se em primeiro lugar, a votação de uma emenda que beneficiem apenas os micro e miniempresários, e os pequenos produtores rurais. "Nisso todo mundo está de acordo", afirmou. aprovada a proposta seriam colocadas em votação outras duas emendas: uma que perdoaria 100% da correção monetária da pequena empresa e o médio produtor rural — de autoria dos constituintes Mansueto de Lavor, Ziza Valadares e Humberto Souto — e uma segunda que perdoaria apenas 50% da correção de autoria do deputado José Lins. Até agora, porém, os autores da emenda dizem que não concordam com esta fórmula, segundo Carlos Sant'Anna.

O Governo pode vir a apoiar essa segunda fórmula, desde que divida em duas votações. Sant'Anna informou que o benefício à pequena empresa comercial, pequena empresa industrial e ao médio produtor rural custaria ao Tesouro 392 milhões de cruzados.

Cooperativas são contra a anistia

O presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Roberto Rodrigues, não concorda com a anistia das dívidas dos micros e pequenos agricultores e entende que "as emendas relativas ao crédito rural que estão sendo examinadas pela Constituinte não são justas para com a agricultura brasileira, porque não beneficiam os produtores rurais que já venderam tudo o que tinham para pagar o que deviam e deixa de fora os grandes agricultores que também acreditaram no Plano Cruzado, que investiram, produziram, lutaram e acabaram falidos".

A discussão sobre o assunto, segundo Roberto Rodrigues, ocorre no momento em que os agricultores comemoram o Dia Internacional do Cooperativismo com uma solenidade no Rio de Janeiro, dia 27, segunda-feira, às 11h00, no Hotel Meridien, ocasião em que será entregue ao ministro da Agricultura, Iris Rezende, a medalha do mérito cooperativista. Da solenidade constará também a assinatura de um acordo de cooperação com 19 cooperativas francesas.

Ouvidos de mercador

O presidente da OCB explicou que "o Plano Cruzado foi um remédio que o Governo receitou para a economia nacional de maneira uniforme, e a agricultura recebeu o mesmo remédio como solução para os problemas que já vinha tendo e como fortificante para o futuro". Entretanto, acredita Rodrigues, o Plano Cruzado se mostrou um remédio inadequado, em consequência muita gente morreu economicamente; muita gente já se recuperou e outros ainda estão convalescendo. A verdade é que a grande maioria dos agricultores brasileiros ainda tem diferentes tipos de seqüelas. "Cabe ao Estado, o médico que receitou o remédio errado para agricultura brasileira, cuidar dos pacientes caso a caso, tratando cada um de acordo com o seu nível de seqüela".

Roberto Rodrigues lembra que "a liderança da agricultura brasileira, uma espécie de enfermeiro de plantão, há mais de um ano vem advertindo o Governo e o sistema financeiro para a terrível inadimplência do setor, que se agravará em julho de 1988 quando vence a maioria das dívidas do crédito rural. Não vamos conseguir pagar porque a otenização (correção das dívidas com base na variação das OTNs) plena dos créditos — é sabido — não acompanha a dos custos nem a dos preços. Então, ocorre um descompasso que é a principal responsável pela inadimplência no setor rural".

A OCB, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e outras entidades ligadas a agricultura fizeram ao Governo, no ano passado, diversas propostas para tentar encontrar uma solução, mas, segundo Roberto Rodrigues, tanto o Governo quanto o sistema financeiro ignoraram. "Propusemos, por exemplo, a criação de um fundo de saneamento da agricultura brasileira e outros modelos, que nunca chegaram a ser apreciadas", insistiu Rodrigues.